



Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 31/2020

Período: 29/08/2020 - 04/09/2020

GEDES – UNESP

- 1- Periódico comentou sobre as justificativas utilizadas pelo Exército para revogar portarias que aumentariam o controle de armas e munições no Brasil
- 2- Ex-ministros planejam criação do Centro de Defesa e Segurança Nacional
- 3- Teto salarial aplicado a militares da reserva que exercem cargos públicos gera desgaste entre Ministério da Defesa e equipe econômica do governo
- 4- Brasil continua aplicando Lei de Segurança Nacional herdada do regime militar
- 5- Coluna opinativa analisa consequências do passado autoritário e mal resolvido no Brasil
- 6- Colunista aborda a proximidade entre Toffoli e os militares
- 7- Previsão orçamentária de 2021 garante vantagens ao Ministério da Defesa em comparação com outras pastas
- 8- Operação do Exército apresenta resultados aquém do esperado no controle de queimadas na Amazônia
- 9- STF exige informações do Executivo acerca do emprego das Forças Armadas em operações ambientais na Amazônia
- 10- Os militares e a Reforma Administrativa

### 1- Periódico comentou sobre as justificativas utilizadas pelo Exército para revogar portarias que aumentariam o controle de armas e munições no Brasil

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Comando do Exército apresentou diversas justificativas diferentes para revogar portarias que melhorariam o controle de armas e munições no Brasil. As portarias 46, 60, 61, editadas em março de 2020, estabeleciam normas para rastrear e identificar armas de fogo e munições. Em abril, o presidente da República, Jair Bolsonaro, declarou que determinaria a revogação das portarias “por elas não se adequarem” às suas “diretrizes definidas em decretos”. Segundo a *Folha*, especialistas afirmaram que as justificativas apresentadas pelo Exército reforçam a tese de que a revogação das portarias foi uma decisão política, e não técnica. Entre os meses de abril e julho o Exército apresentou quatro argumentos contrários às portarias, alegando que haviam questionamentos por parte da sociedade e trechos de difícil interpretação. Contudo, Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto sou da Paz, afirmou que as diversas respostas comprovaram a falta de embasamento técnico na tomada de decisão responsável pelas revogações. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa declarou em nota, que “cabe ao Exército

elaborar normas em respeito à legislação em vigor” no que se refere ao funcionamento e ao aprimoramento do sistema de fiscalização de produtos controlados. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 30/08/20)

## 2- Ex-ministros planejam criação do Centro de Defesa e Segurança Nacional

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington (EUA) e Raul Jungmann, ex-ministro da Defesa do governo de Michel Temer (2016-2018), planejam criar o Centro de Defesa e Segurança Nacional, que seria o primeiro *think tank* voltado ao debate e formulação de propostas para a defesa no Brasil. Para os autores, existe a necessidade de aproximar a sociedade civil, academia e políticos de questões que permaneceram durante os últimos anos restritas à militares. Segundo *O Estado*, Jungmann falou sobre a falta de debate em relação ao Plano Nacional de Defesa para exemplificar a “alienação geral” da sociedade sobre a temática. De outro lado, Barbosa comentou que o debate sobre a defesa no Brasil atualmente se restringe às Forças Armadas e o Itamaraty. Contudo, para Jungmann e Barbosa, a eleição de Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército, e o conseqüente aumento do número de militares no governo tornaram ainda mais importante o debate sobre o tema. Segundo *O Estado*, para diminuir a distância entre a sociedade civil e as questões de defesa nacional, o Centro planeja promover cursos de capacitação e formação. (*O Estado de S. Paulo* - Política - 30/08/20)

## 3- Teto salarial aplicado a militares da reserva que exercem cargos públicos gera desgaste entre Ministério da Defesa e equipe econômica do governo

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Advocacia-Geral da União (AGU) fornecera um aval que abriu brechas para que salários de servidores ultrapassem o teto salarial do funcionalismo, podendo criar supersalários. Mediante este parecer, o Ministério da Defesa consultou a AGU para saber se poderia aplicá-lo aos vencimentos de militares da reserva que exercem cargos no governo do presidente da República Jair Bolsonaro. Caso a exceção seja aprovada, um grupo seleto de militares, dentre os quais aliados de Bolsonaro, ganharia o valor integral da soma dos dois salários. É o caso do ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, que segundo o *Estado* recebe R\$21 mil como tenente-coronel da reserva da Força Aérea Brasileira e tem seu salário de ministro – R\$30,9 mil – diminuído em R\$14,7 mil em razão do teto. Se a AGU aprovar a proposta do Ministério da Defesa de que a regra do teto deve ser aplicada aos salários separadamente, Pontes contabilizaria um rendimento mensal de cerca de R\$52 mil. *O Estado* informou que tal demanda, respaldada pelos comandos do Exército, da Marina e da Aeronáutica, gerou protestos do Ministério da Economia e de seu líder, Paulo Guedes, afirmando que isso abriria uma brecha para outros funcionários públicos que recebem salários de duas fontes distintas, além de que não há dotação específica no Orçamento Público Federal para assumir tais custos. *O Estado* também noticiou que o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, declarou ser contrário à posição do Ministério da Defesa sobre a possibilidade da remuneração de militares ultrapassar o teto do funcionalismo público, atualmente de R\$39,3 mil. Mourão disse que se trata de “uma questão ética e moral”, principalmente no momento

de crise vivenciado pelo Brasil. De acordo com o jornal, a AGU notificou que o parecer que flexibiliza o teto salarial está suspenso. (O Estado de S. Paulo – Política – 31/08/20; O Estado de S. Paulo – Política – 01/09/20)

#### 4- Brasil continua aplicando Lei de Segurança Nacional herdada do regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o professor Jorge Zaverucha, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, analisou a Lei de Segurança Nacional (LSN) do Brasil, datada de 14 de dezembro de 1983 e que, a exemplo dos países vizinhos do Cone Sul que aboliram leis desta natureza no final do período dos regimes militares, isso não aconteceu no Brasil, que vem cada vez mais utilizando o “entulho autoritário”. Entre os exemplos citados, está a decisão do ministro da Justiça, André Mendonça, de investigar, sob a LSN, dois jornalistas que lançaram críticas ao presidente da República Jair Bolsonaro. Segundo Zaverucha, a LSN é pautada na doutrina de segurança nacional do período da Guerra Fria e direcionada ao combate do inimigo interno. O professor apontou que alguns projetos de lei para revogar a LSN foram apresentados ao Congresso Nacional no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), porém não chegaram a ser votados, o que faz com que o Brasil permaneça com este legado do regime militar. (Folha de S. Paulo – Opinião – 01/09/20)

#### 5- Coluna opinativa analisa consequências do passado autoritário e mal resolvido no Brasil

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Marlon Alberto Weichert, procurador regional da República em São Paulo, e Edmundo Antonio Dias Netto Junior, procurador regional substituto dos Direitos do Cidadão em Minas Gerais, apontaram que a campanha da *Folha* “#UseAmarelo pela Democracia” é bastante oportuna para o momento em que o Brasil revive seu passado autoritário e mal resolvido. De acordo com eles, a transição para a democracia, no final dos anos 1980, ocorreu de forma obscura e “permitiu a impunidade dos responsáveis por atrocidades massivas”, por meio da anistia. Assim, o Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, 30 de agosto, deveria ser uma oportunidade para se questionar por quais razões o Brasil “insiste no perdão a crimes imperdoáveis e em ocultar fatos e corpos”. Weichert e Dias Netto afirmam que apenas a superação do passado autoritário, por meio da verdade, da responsabilização e da reparação, permitiriam a construção de um futuro democrático para o país. (Folha de S. Paulo – Opinião – 31/08/20).

#### 6- Colunista aborda a proximidade entre Toffoli e os militares

Às vésperas da saída do ministro José Antonio Dias Toffoli da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, Cristina Serra, lembrou os militares que passaram por seu gabinete e questionou a presença destes no órgão máximo do poder judiciário. Indicado pelo general Eduardo Villas Bôas, Fernando Azevedo e Silva foi o primeiro militar nomeado

assessor especial do ministro, no momento em que passou da ativa para a reserva, permanecendo apenas por dois meses no cargo, pois foi nomeado Ministro da Defesa após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Outro militar aliado de Bolsonaro, o general Ajax Porto Pinheiro, foi o escolhido por Toffoli para substituir Azevedo. Na corrida presidencial de 2018, Pinheiro chegou a fazer campanha anti-petista, alegando que o Exército seria a “principal vítima” de uma eventual vitória do Partido dos Trabalhadores (PT). A colunista rememorou ainda que Toffoli, indicado à cadeira do STF em 2009 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, buscou evidenciar proximidade dos militares e distanciamento da esquerda. Num ato de revisionismo histórico, o ministro chegou a proferir sua preferência em chamar o Golpe de 64 de “movimento de 64”. Embora haja quem interprete estas nomeações como uma tentativa de manter diálogo com as Forças Armadas, a colunista apontou o insucesso da estratégia, já que o STF tem vivido constantes ataques e ameaças de Bolsonaro e seus aliados. Além disso, apontou: “Tutela militar —ou a simples percepção dela— é uma anomalia a ser evitada. Não é um legado do qual se orgulhar.”. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 01/09/20)

#### 7- Previsão orçamentária de 2021 garante vantagens ao Ministério da Defesa em comparação com outras pastas

Os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* noticiaram que a equipe de governo do presidente da República Jair Bolsonaro fez uma revisão do Projeto de Lei Orçamentária Anual após resistências do Congresso Nacional. Entre os pontos de atrito estava a previsão de o Ministério da Defesa (MD) receberia mais verbas do que o da Educação (MEC) em 2021. Entretanto, o *Correio* pontuou que a prioridade à Defesa permanece forte na gestão de Bolsonaro, pois embora na comparação com o orçamento de 2020 esteja previsto um aumento de 1,17% para o MEC e 1,03% para o MD nas despesas obrigatórias para 2021, quando verificado o montante destinado às despesas discricionárias (aquelas não obrigatórias), a Defesa teria um aumento de 8,5% enquanto a Educação ficaria com acréscimo de apenas 1,4%. A *Folha* também observou que a pressão da pasta da Defesa nas discussões orçamentárias garantiu um aumento das verbas destinadas às Forças Armadas. (*Correio Braziliense* – Política – 01/09/20; *Folha de S. Paulo* – Mercado – 01/09/20)

#### 8- Operação do Exército apresenta resultados aquém do esperado no controle de queimadas na Amazônia

De acordo com os periódicos *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Amazônia teve o segundo pior agosto em número de registros de focos de incêndio da última década, valor ultrapassado apenas no ano passado. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foram registrados 29.307 focos de incêndio, número um pouco menor do que os 30.901 computados em agosto 2019. Contudo, a *Folha* destacou que o satélite Aqua, da Nasa, que monitora os focos de calor na região apresenta problemas desde o dia 16 de agosto, o que pode ter comprometido o número real de queimadas. Segundo o periódico, o general Hamilton Mourão, vice-presidente da República e chefe do Conselho da Amazônia, comemorou nas redes sociais a suposta

queda de 5% dos focos de incêndio em relação a agosto de 2019. Mesmo com a presença do Exército na Amazônia, com a operação Verde Brasil 2, o número de incêndios continua elevado. A *Folha* ressaltou que a atuação das Forças Armadas no combate às queimadas e ao desmatamento é a principal e uma das únicas medidas do governo Jair Bolsonaro para coibir práticas ilegais. O secretário executivo da organização ambiental Observatório do Clima, Marcio Astrini, declarou ao *Estado* que os dados apresentados pelo Inpe “confirmam o fracasso da cara e mal planejada operação das Forças Armadas instituída na Amazônia pelo governo Bolsonaro como substituta de um plano de combate ao desmatamento”. Segundo *O Estado*, o Ministério da Defesa divulgou nota ressaltando o aumento de 15% na aplicação de multas por crimes ambientais na Amazônia em comparação com a Operação Verde Brasil 1, de 2019. (Folha de S. Paulo – Ambiente – 02/09/20; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 02/09/20)

#### 9- STF exige informações do Executivo acerca do emprego das Forças Armadas em operações ambientais na Amazônia

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 02/09/2020 a ministra Carmén Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou um prazo de cinco dias ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para que forneçam informações acerca do emprego das Forças Armadas em ações da Operação Verde Brasil 2 na Amazônia Legal. Segundo a *Folha*, a ação no STF foi movida a partir de um pedido do Partido Verde, que questiona a presença dos militares na região, argumentando que a fiscalização ambiental está sob aval das Forças Armadas e que há um processo de militarização da política ambiental. A Operação Verde Brasil 2, que é uma missão conjunta com outros órgãos, iniciou em maio de 2020 e foi prorrogada até novembro de 2020, mas as queimadas e desmatamento na região amazônica não desaceleraram. O Partido Verde também argumentou que a fiscalização ambiental, competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), está sendo submetida aos “mandos e desmandos do Ministério da Defesa. *O Estado* enfatizou um crescimento de 34% em alertas de desmatamento em 2020, em comparação com o ano anterior; além disso, discutiu como dados oficiais divulgados acerca das operações foram inflados, fato confirmado pelo próprio Ministério de Defesa. (Folha de S. Paulo - Ambiente - 03/09/20; Folha de S. Paulo – Ambiente – 04/09/20); O Estado de S. Paulo - Política - 03/09/20)

#### 10- Os militares e a Reforma Administrativa

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro comentou sobre a exclusão dos militares da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) prevê mudanças nas regras do funcionalismo público no país, entregue ao Congresso Nacional para discussão e votação. Para Bolsonaro, os militares compõem uma categoria diferenciada e ficará a critério do Congresso analisar e ampliar a abrangência da proposta. O colunista do *Estado*, Celso Ming, afirmou em artigo de opinião que a PEC da Reforma Administrativa garante espaço para que a lei complemente as categorias atingidas, afirmando que certamente membros das Forças Armadas serão

incluídos na categoria de servidores de Estado, as únicas que permanecerão com garantias de estabilidade e salários fixos. A mesma informação foi confirmada pela *Folha de S. Paulo*, que noticiou que a reforma administrativa não atinge os militares, juizes, membros do Ministério Público e parlamentares. A justificativa do governo é que as categorias possuem normativas próprias, que não podem sofrer alterações pelo Poder Executivo. Entretanto, a reforma flexibilizou normas para que militares da ativa possam assumir cargos nas áreas da saúde e educação. Segundo o periódico, Bolsonaro defendeu a manutenção de benefícios aos militares em uma *live* após entregar a Reforma Administrativa, ao elencar que os militares não possuem alguns dos direitos trabalhistas de outras categorias. Em coluna de opinião do periódico *O Estado de S. Paulo*, Fernando Gabeira, jornalista, escritor e político, relacionou o tratamento dado aos militares pela PEC da reforma administrativa e o aumento do orçamento destinado à defesa nacional. O colunista também abordou a preocupação dos militares com a Amazônia e criticou o investimento de R\$ 145 milhões destinado à compra de satélite para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) em 2019. (Folha de S. Paulo - Mercado - 03/09/20; Folha de S. Paulo – Mercado – 04/09/20; O Estado de S. Paulo - Política - 03/09/20; O Estado de S. Paulo – Opinião; 04/09/20)

## SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## Equipe:

Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Zavaliski Mano (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Lisa Stephane Sousa Barbosa (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Marianna Braghini Deus Deu (Redatora, mestranda em Desenvolvimento Econômico).

Agradecemos a colaboração dos(as) graduandos(as) em Relações Internacionais neste Informe: Davi Campos Matos; Lucas Rizzati Iquegami; Gislaine Amaral Silva.